



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12-09-2015

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 27ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região de São Mateus

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE(Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra a Sra. Sueli.

A SRA. SUELI RODRIGUES – Bom dia a todos. Estou aqui representando os Cemais, que é o Centro de Estudos de Meio Ambiente e Integração Social. É a primeira entidade ambiental que foi criada em São Mateus para a gente discutir a questão ambiental da região. Particularmente estou até emocionada hoje, um dia cheio de glórias, depois de 15 anos de luta vejo no mapa da cidade de São Paulo a reserva florestal do Condomínio Santa Bárbara. Não foi fácil para que constasse ali e, particularmente, para mim que estou à frente da entidade desde 2003, mas começamos o trabalho em 1998 é uma conquista muito grande a gente perceber que a luta valeu a pena e que a reserva florestal de quase 50 mil metros conta hoje no mapa da cidade de São Paulo.

A gente tem participado da questão do Parque Nebulosas e o Cemais tem uma cadeira no Conselho Gestor do Parque Nebulosas. O Vereador citou o adensamento populacional no bairro da cidade satélite de Santa Bárbara, dentro do parque Nebulosas e nós

temos uma questão que antes eu lutava para que ela saísse, hoje eu já luto para que ela não se amplie e ela tem se ampliado cada dia. Nos foi entregue um parque com essa ocupação tendo como quintal a área do parque. Eu não posso entrar no parque a hora que eu quero, mas as pessoas que moram nessa ocupação têm no seu quintal o Parque Nebulosas, não é justo, não é legal e não é moral. Por que eu não posso entrar e eles têm o parque como quintal? Por que aconteceu isso? Não foi isolado, quando o parque foi entregue, e o Parque é um dos poucos equipamentos que a gente conseguiu recursos de crédito de carbonos que, para quem não sabe, é resultado do lixo que vem para São Mateus. Esse parque foi construído com os recursos do crédito de carbono que também foi uma luta muito grande de mais de 30 anos, se não me engano, e a Luci sabe melhor que eu da história do parque Nebulosas. Mas o que quero deixar registrado aqui hoje, além do que está escrito, é essa questão do parque.

Senhores, por favor, prestem atenção no que está acontecendo na área que está determinada para o parque. A Vereadora Juliana Cardoso esteve com a gente numa reunião do Conselho Gestor do parque Nebulosas e eu apresentei a questão para S.Exa. e pedi o empenho para que fizessem uma interferência na Secretária do Verde para que se isolasse essa área de ocupação. Hoje a área de ocupação além das casas está criando os seus quintais dentro do parque então que bom que tenho a oportunidade de compartilhar com vocês essa agonia porque não tem outro nome, é uma agonia.

Eu gostaria de trazer um pedido do nosso amigo de luta, Sr. Darci, e para que fique registrado a questão da construção de um espaço para idosos e quero fazer um agradecimento em particular ao Vereador Gilson Barreto que hoje está somando forças conosco para que proporcionemos melhores usos na área do parque Nebulosas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Kátia Pin, candidata ao Conselho Tutelar. Nós temos mais dois candidatos e, em seguida, eu cito o nome.

A SRA. KÁTIA PIN – Bom dia, sou candidata ao Conselho Tutelar pelo parque São Rafael. Hoje sou formada em Marketing e estou estudando Pedagogia porque acho muito

interessante nos dias de hoje a gente trabalhar com crianças. Eu já faço um trabalho voluntário em várias entidades aqui em São Mateus, ali do Santa Bárbara; trabalho com moradores de rua; e faço parte da entidade do Cemais. Acredito que é muito importante trabalhar com crianças, porque é quem mais precisa da gente. Infelizmente, ocorre muito abuso sexual. Temos em São Mateus vários abrigos, e essas crianças que ficam nos abrigos são filhas de pais drogados, pais que estão presos, e é muito importante trabalhar esse lado, porque é muito importante apoiar o desenvolvimento e o crescimento da criança. Também temos que ver que a criança sozinha não consegue nada, então temos que estar vendo esse outro lado. No dia 6 de outubro, vote consciente, vote em quem realmente está querendo proteger a criança, colocando seus direitos e deveres em dia.

Foi um prazer participar. Obrigada, Gilson; obrigada à comissão, à Mesa, por ter me deixado participar e me apresentar.

Meu número é 5519, e meu nome é Cátia Pin.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Sr. João Alexandre, Presidente do Esperança e Sociedade de Educação e Inclusão Social.

Solicito às entidades presentes que deem o nome, para que sejam citados aqui.

Registro a presença do Sr. Cássio Pereira Nunes, atual conselheiro do Conselho Tutelar, e atualmente candidato à reeleição, sob o número 5314.

Elenice também é conselheira e candidata sob o número 5319.

Gente, os conselheiros tutelares têm uma importância muito grande. Eles têm trabalhado muito, e existe o reconhecimento, principalmente da Câmara Municipal de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. Fernando Rodrigues Deli, do Conselho Gestor de APA do Carmo, e do Movimento em Defesa do Vale do Aricanduva.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DELI – Bom dia a todos. Meu nome é Fernando Rodrigues Deli, e, como o Vereador citou, eu estou representando o conselho gestor da APA do Carmo, cujo presidente está de férias, motivo pelo qual não pôde comparecer; e também estou aqui a pedido do Movimento em Defesa do Vale do Aricanduva.

Gostaria de ressaltar alguns pontos.

Primeiro: a parte da lei, do projeto, a respeito das áreas verdes, do art. 27 ao relatório. 34.

Está muito permissivo. Está mais permissivo do que um plano diretor estratégico. Quer dizer, as áreas verdes podem ser divididas, sediarem equipamentos públicos e sociais, algo aprovado no Plano Diretor Estratégico. Porém, da maneira como está no projeto, está mais permissivo. Cada secretaria que tiver interesse simplesmente justifica o interesse, e aí você trabalha com as contrapartidas. Quer dizer, que contrapartidas, que compensações são essas? Tem um leque enorme, e sabemos muito bem que compensação, depois que o dano ambiental é feito, nunca é a mesma coisa do que a área verde com a mata nativa, e tudo o mais. Quer dizer, vamos abrir todos os parques.

Queria ressaltar o decreto de fevereiro, que chega a mencionar áreas verdes como áreas verdes ociosas. Claro que não são todas, mas quais são? Eu gostaria que fosse dito o que é uma área verde ociosa. Então são questões às quais a gente tem que se ater. O movimento ambientalista tem colocado isso para a Prefeitura, e para a Câmara, nas oportunidades; assim como foi colocado na temática de meio ambiente. Então é uma questão muito importante a se ver.

Outra questão são os parâmetros de ruídos.

Pessoalmente, coloquei na audiência, enquanto estava no Executivo, na Subprefeitura do Aricanduva.

A zona mista ambiental está com um parâmetro de ruído mais permissivo do que a zona mista comum. Então não é ambiental. Se eu posso fazer mais ruído, se eu posso colocar empresa mais barulhenta ali e tudo o mais, o que tem de ambiental nisso? É uma questão para nos ater.

Os equipamentos de infra 6. A gente entende que da maneira como estava antes, na lei anterior, era muito restritivo, porque tudo que chamamos de infra, pelo menos a grande parte, estava lá em NR3, então era muito restritivo. Porém, da forma como está hoje, me perdoem, mas está completamente permissivo – pode em qualquer área da cidade, pode fazer qualquer coisa, não está claro quais são os controles. No caso de infra 6, tem equipamento que não depende de EIA-RIMA. Então fica de um jeito que pode ser em qualquer lugar, e, dependendo do equipamento, a gente sabe muito bem que esse qualquer lugar nunca vai ser nos Jardins, esse qualquer lugar vai ser nas áreas mais sensíveis, onde a população tem um poder de renda menor, onde a tendência é se colocar os equipamentos que causam maior

comprometimento ambiental.

Em São Mateus, a questão do Morro do Cruzeiro é muito importante. O Fábio sabe o que estou falando. E eu não vi no bairro de Zepec constar o Morro do Cruzeiro. Mas todo mundo tem falado: “Não, está constando”. Mas no mapa da Zepec não está registrado o Morro do Cruzeiro. Assim como várias outras áreas na zona Leste, que o pessoal tem levantado, levantou para o Executivo, que não temos visto serem colocadas.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que, conforme a expositora da SMDU colocou, é verdade, tem várias áreas verdes em São Mateus que estão colocadas como Zepam. É importante que essas áreas sejam mantidas. Então, quando falamos em Parque Cabeceiras, que é um dos pouquíssimos parques previsto no Plano Diretor, é importante que ele seja mantido na Lei de Zoneamento, bem como os outros fragmentos de áreas verdes.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de falar que eu sou diretor do Escoteiros do Brasil, Região São Paulo, que é uma das ONGs ambientalistas mais ativas do mundo, e nesse projeto de lei vocês têm esse parceiro com vocês.

Registro a presença do pastor Milton Carvalho, 1º Secretário do Conseg do Hospital São Rafael; e do Sr. Ivo Carlos Valêncio, Vice-Presidente da Câmara do Vale do Aricanduva e do membro ambientalista do Conselho Municipal.

A eleição do conselho tutelar é no dia 4 de outubro.

Tem a palavra o Sr. Décio José de Lima.

O SR. DÉCIO JOSÉ DE LIMA – Bom dia a todos. Meu nome é Décio, eu moro na região há 48 anos, então praticamente nasci aqui, e uma das grandes lutas que travamos, e creio que um dos únicos que permaneceu lutando contra a instalação de mais um aterro sanitário na nossa região, eu e mais alguns companheiros que não estão aqui, embora a maioria tenha se locupletado para o lado daquele que queria acabar com o pouquinho de verde que nós temos. Mas temos que ser coerentes em relação ao que é preservação do meio ambiente e o que é desenvolvimento urbano, que é uma das coisas que o PL 272 traz para a discussão. Entendo que estamos numa região carente, com falta de emprego, falta de saúde, falta de educação, enfim, com falta de muita coisa, e algumas vezes coerência em algumas ações.

Temos duas regiões que estão se transformando em áreas industriais. Tem uma consolidada, que é o Parque São Lourenço, e temos, no fundo, a Vovó Carolina, mas também temos o fundão do Jardim Rodolfo Pirani, que é outra área que está em desenvolvimento, na

divisa com Mauá. E aí eu me pergunto: moradia é importante? É. Eu sou corretor de imóveis e dependo da venda de imóveis para sobreviver. Mas eu não posso sobreviver à custa de pessoas que vão demorar duas, três horas para chegar ao seu local de trabalho. É preciso criar empregos aqui, é preciso dar condições de desenvolvimento sustentável. E para isso a gente precisa olhar com um pouco mais de carinho para os empresários que estão vindo para essa região. Na Vovó Carolina, por exemplo, são mais ou menos 86 empresas que estão se constituindo, e que criarão mais de 2.500 empregos. Então não podemos simplesmente, porque defendemos o meio ambiente, pegar uma região que está grafada como ZPI e botar uma Zepam.

Tem pessoas que estão comprometidas a desenvolver e a nos ajudar, por exemplo, na questão do Aricanduva, de criar toda uma reserva do lado. Essas pessoas têm um compromisso de desenvolver, de gerar empregos, mas também de ajudar nisso. Existe um plano, entregue à Mesa, através de alguns amigos que são empresários ali, pois gostaríamos que tivesse uma melhor atenção a isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Washington Luiz Oliveira Nunes, da Associação das Indústrias do bairro Palanque.

O SR. WASHINGTON LUIZ OLIVEIRA NUNES – Bom dia à Mesa, aos Srs. Vereadores, ao Subprefeito, aos demais presentes.

Agradeço a oportunidade diferenciada de poder participar de um ambiente tão democrático, com liberdade para falar. Ouvimos falar dos interesses de moradia e de meio ambiente, também das indústrias, e nós fazemos parte dessas indústrias.

Faço parte de uns desbravadores, junto com o Luiz, que é do Construjá, mais o pessoal da Lucheti, estamos há 15 anos no bairro do Palanque. Somos da Zona Leste e nunca abandonamos a região. Nascemos aqui, gostamos daqui e procuramos nos desenvolver aqui. Trabalhamos em grandes empresas, e num determinado momento resolvemos montar nossas empresas, e não escolhemos outro lugar, porque a zona Leste está dentro do nosso coração. Não somos contra nada que seja do meio ambiente e daquilo que traga o bem para todos nós, porque temos filhos, netos, e queremos participar disso. Queremos ter qualidade de moradia, de meio ambiente, de transporte, de trabalho, e evolução para todos nós.

Como falou o Décio, temos 86 indústrias, e já geramos mais de dois mil empregos. E a importância de tudo isso é fazer com que as pessoas possam trabalhar próximo das suas casas, com essas indústrias trazendo um ganho diferente. Porque se não há regularização, se

não há um olhar diferente para a indústria, para que ela possa se instalar, ter a sua licença, como é que ela pode investir, como é que ela pode melhorar o nível de salário? Eu tenho o prazer de, dentro da empresa, ter seis pessoas que fizeram universidade junto conosco, criando oportunidade de evoluir o ganho, mas também como pessoa, como ser humano. E é isso que queremos. Estamos há mais de 15 anos lutando para que a região do Palanque seja oficializada, com a criação da zona industrial, e isso sempre com muita dificuldade. Hoje vemos um movimento de interesse de ajuda. Os Vereadores têm nos ajudado muito. E o pessoal do meio ambiente também tem olhado de outra maneira, com equilíbrio.

Fazemos parte de uma associação de indústrias que não quer somente produzir produtos para vender, mas também ajudar o meio ambiente, ajudar na reconstrução daquilo que não existe mais, que não fomos nós que desmatamos. Quando chegamos lá, aquilo já estava desmatado, e nós implantamos a indústria porque é muito caro montar uma indústria em qualquer outro lugar de São Paulo. E como ali permitia, cabia no nosso bolso, nós montamos as indústrias. Queremos continuar gerando emprego, ajudando a zona Leste, e o Brasil, porque com a importação vamos gerar emprego em outro lugar, deixando de gerar emprego no Brasil.

Não sei se é possível, Presidente, mas no mapa da zona Leste, do Palanque, nessa área que foi delimitada, nós já fizemos um trabalho de mapeamento de todo o zoneamento, e dentro dessa área foram colocados dois lotes, duas indústrias que seriam implantadas agora, como Zepam. Está em verde ali. Se o Vereador permitisse que voltasse o mapa. Queria saber se é possível contribuir conosco, para que aquilo se encaixe na zona industrial, e a gente contribuir, ajudar, para recuperar essa área em outro lugar. Temos um trabalho junto com a Cristina, que faz parte da associação, e tem falado com o pessoal da Subprefeitura, para gente contribuir para recuperar as áreas hoje degradadas.

Agradeço a todos. Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Luiz, não se preocupe, não. Depois você vai passar esse mapa para a gente, e vamos olhar com carinho. Temos interesse no desenvolvimento da região.

Tem a palavra o Sr. Fábio Santos da Silva, Subprefeito.

O SR. FÁBIO SANTOS DA SILVA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o presidente da Mesa, Vereador Gilson Barreto, o Vereadores Paulo Frange, a Rosana, da SMDU, o pastor Manuel. Quero cumprimentar também todos os líderes comunitários convidados; o Movimento de Moradia Leste 1; os ambientalistas; os empresários da Palanque,

da Rua Particular Timão; e também a imprensa local, a Luci, da Gazeta de São Mateus.

Quero dizer que este é um momento importante, para que a comissão ouça toda a população que está aqui, expondo várias coisas importantes. Uma é sobre o palanque. Os empresários vêm procurando a subprefeitura há muito tempo, discutindo a geração de empregos, para que aquela área vire ZPI. Há também o pessoal do palanque da Particular Timão, que sempre nos procura. Procurou-nos com essa demanda, que é importante sim. Já estão já há muitos anos.

O que a comissão, junto com a Câmara, tem que discutir, para regularizar essas empresas? Elas também geram empregos para todas as pessoas aqui. Então, isso também contribui para o desenvolvimento econômico.

Temos que rever também as áreas verdes. Isso é importante. Fica meio vulnerável o que vai ser feito ou não. Dentro do Morro do Cruzeiro, várias reuniões foram feitas na Subprefeitura de São Mateus. Nós já fomos também ao local, para discutir junto com várias secretarias, junto com a Zeladoria Ambiental e a SMDU. Fomos também com o Depav; e a Subprefeitura de São Mateus sempre defende o Morro do Cruzeiro, que é o segundo ponto mais alto da Cidade. Nós não conseguimos colocar isso na Lei de Zoneamento.

Nobres Vereadores Paulo Frange e Gilson Barreto, é importante a gente junto brigar, para que isso seja colocado. Além disso, em São Mateus, nós que temos que brigar para que ali se torne um parque. Os senhores são da região e sabem há quanto tempo a população e as pessoas lutam para que ali se tornar um parque. A subprefeitura junto com as audiências que estão sendo feitas, estamos junto com os senhores.

Agradeço a presença de todos. Este é um momento importante, para que a população seja ouvida e para que a gente consiga suprir as demandas aqui de São Mateus.

Muito obrigado e bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. José Neto Pinheiro, da Associação, Indústria e Comércio Timão.

O SR. JOSÉ NETO PINHEIRO – Bom dia a todos da Mesa, a Sra. Juliana Cardoso,

Vereadora; e os Srs. Fábio e Gilson Barreto, Vereador. O única coisa que eu queria fazer é com relação ao redesenhar ao mapa, pois parte da Timão que permanece como Zepam. A princípio, estou seguindo o mesmo mapa que eu mandei há dois anos. Espero que ele possa ser revisto, pois parte da Timão ainda é ocupado pelos empresários, e que possa também ser revista até a questão de porcentagem, na ocupação dessas áreas, porque alguns empresários lá já construíram 50% do terreno e há um excedente de terreno. Há outros que têm terreno e construíram bem menos. Eles estão preocupados em ocupar o que é cabível a eles dentro daquela área, e isso também poderia ser revisto. Estou falando da Rua Particular Timão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Pastor Ramires.

O SR. PASTOR RAMIRES – Vou dar uma palavra de reconhecimento por esta iniciativa, uma palavra de saudação à Mesa. Eu quero reafirmar o que nós temos trabalhado e vivido aqui em São Mateus. Estou aqui há 32 anos, trabalhando muito com o Hospital de São Mateus. Eu quero, desde já, franquear - essas palavras são para o nosso Subprefeito, os Srs. Vereadores e as secretarias - esse espaço, que hoje não é o espaço de culto. Nós estamos na Mateo Bei, 1.055. Aqui é usado para a nossa ONG - temos mais de 100 idosos inscritos da região de São Mateus - e para a escola de música. Esse espaço nos honra ceder à população; toda vez que for requisitado nós cederemos esse espaço. Que ele possa ser útil para atender às muitas demandas da nossa região.

Eu fico maravilhado quando ouço lei de zoneamento, desenvolvimento econômico, geração de emprego e preservação ambiental, tudo isso feito com equilíbrio. Quem vai ganhar é a população de São Mateus. Quando se falar de ir trabalhar no Brás ainda nem é tanto. O pior é sairmos daqui para trabalhar na zona Sul ou em outros lugares, horas e horas de viagem.

Que nós possamos ver esta região ser multiplicada em termos econômicos, em termos de habitação. E que Deus abençoe os dirigentes e aqueles que têm poder de fazer

alguma mudança nessa região. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Pastor, nós sabemos do seu trabalho ao longo dos anos, principalmente o trabalho social, na região de São Mateus. Muito obrigado pelo espaço.

O próximo, João Alexandre da Silva Filho, Esperança Sociedade de Educação e Inclusão Social.

O SR. JOÃO ALEXANDRE DA SILVA FILHO – Bom dia. Quero parabenizar os trabalhos do pessoal que compõe a Mesa na pessoa do Presidente, Vereador Gilson Barreto.

A minha proposta é pedir aos responsáveis pela revisão da Lei de Zoneamento que acompanhem o poder público na fiscalização das áreas reservadas para parques, praças e para construção de habitação. Na nossa região, em especial, eu não ando um quilômetro sem ver uma invasão de áreas públicas, principalmente áreas destinadas a parques e praças. Há pouco tempo tinha uma área que era uma praça arborizada e tudo; de repente colocaram muro, portão, espiral em cima do muro, está prontinho. A pessoa conquistou uma área pública.

Cadê a fiscalização da Prefeitura? E é bem próximo da Subprefeitura, é na Rua Leonel Rodrigues Dourado com a Riacho dos Machado. Eu acho isso um absurdo. Então se faz a lei de zoneamento, libera as áreas para parque e praça, mas não há fiscalização. É isso que eu gostaria da presidência e da Comissão, que cobrassem mais essa fiscalização.

Na nossa região na Fazenda Juta tem áreas reservadas para parques, estão todas invadidas. E eu não vejo onde está o poder público que se antecede, não deixa colocar água nem luz. Quem mora do outro lado paga 300 reais de prestação do seu apartamento, paga cem de água, cem de luz, tem uma despesa que ele paga. Aí chega gente ao outro lado da rua dele, entra na área que seria para parque, constrói do jeito que quer. Já estão construindo vários barraquinhos lá na frente para daqui a pouco virar um bar ou qualquer outra coisa. E cadê o poder público?

Então vamos dar uma olha para isso, porque é importante. Eu não quero ver a

nossa região tomada por invasões. Eu não sou contra moradia. Pelo contrário, gostaria que tivesse cada vez mais moradia, desde que seja pelos programas habitacionais feitos pelo poder público, tudo corretamente, não dessa forma.

Quem quiser passar durante o dia por esses locais vai ver. As pessoas têm carros que quem tem moradia própria não tem aqueles carros. Então não sei se realmente são necessárias aquelas invasões. Acho que falta um pouco mais de fiscalização pelo poder público. Para fiscalizar quem para na Mateo Bei está cheio de fiscal metendo multa nos carros, prejudicando os comerciantes que não têm mais lugar para que os seus clientes parem. Daqui a pouco vão fechar as portas porque não têm clientes, porque não param mais ali, não pode em horário nenhum.

É isso que eu peço da mesa diretora. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença de Celma Leite, assessora do Vereador Toninho Vespoli.

Próximo, Ildeni Antonio Gomes, estudante de direito.

O SR. ILDENI ANTONIO GOMES – Bom dia, Exas. Bom dia, pessoal. Sou estudante de direito, como o Vereador Gilson Barreto mencionou. Estou aqui propondo que tem que ter mais divulgação de emprego para técnicos. Eu sou formado em serviços jurídicos pelo Centro Paula Souza. Tem muitas pessoas da Etec Cidade Tiradentes, da Etec São Mateus, que se deslocam para muito longe, na zona Sul, Centro, para procurar emprego. Eu que sou jovem quero ter uma oportunidade no lugar onde eu moro. Muitas pessoas lá do (ininteligível) já conversaram com o Subprefeito Fábio, teve oportunidade de publicar artigos científicos, projetos de conclusão de curso.

O que falta em São Mateus é incentivar o jovem a estudar mais curso técnico. Eu quero que tenha uma parceria entre Centro Paula Souza e ONGs para ter mais emprego, para trazer soluções para a nossa região que é tão carente, trazer mais recursos, mais indústrias. E também as pessoas aprenderem mais, porque a Etec só tem três cursos lá e é muito longe

para uma pessoa que mora no Jardim Iguatemi. Às vezes, quando ela volta à noite, tem o problema da segurança. Infelizmente a nossa região não é tão segura.

Peço um pouco mais de atenção nos jovens que estão aqui procurando emprego, porque eles estão buscando condições melhores para esta região.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Próximo, Maurílio dos Reis Laranja, Associação de Bairros Palanque.

O SR. MAURÍLIO DOS REIS LARANJA – Bom dia à Mesa. Bom dia a todos. Em primeiro lugar, já que estou representando o bairro Palanque, gostaria de agradecer o grande empenho da Vereadora Juliana Cardoso junto ao Palanque, principalmente às empresas. Gostaria de agradecer a presença dos empresários aqui também e também a presença deles dentro do nosso bairro. Conheço muitas pessoas que trabalham e ganham seu dia a dia dentro do Palanque. Então, aproveitando o ensejo, gostaria que isso fosse realmente formalizado dentro desse zoneamento, que isso fosse efetivado e que essas empresas fossem mesmo regularizadas, para que elas possam gerar cada vez mais empregos para o pessoal da região.

Gostaria de salientar, também para quem está organizando todo esse zoneamento, todo esse plano diretor da Cidade, as ocupações indevidas que acontecem principalmente dentro do bairro Palanque, uma área que abriga os empresários, uma área que abriga os munícipes, uma área uma grande parte do turismo também. Temos ali pesqueiros grandes que à disposição de toda a população. Temos áreas ali que poderiam ser vertidas em parques, como também em praças. Hoje, a maior parte das áreas ali está sendo ocupada, está sendo invadida. Áreas particulares - não estou falando de áreas públicas – estão sendo invadidas indevidamente, quando poderiam ser adquiridas pelo poder público para construir moradias para a grande demanda da própria Cidade.

Gostaria de agradecer o empenho da nossa Subprefeitura em fazer esse trabalho junto com a população. E que a gente dedicasse realmente esse zoneamento a uma área que

está se expandindo, que é a zona Leste, e principalmente ao Palanque, que é uma área que oferece muitos recursos e tem a grande natureza, ecologia. Ali tem nascentes que deveriam ser preservadas. Daria para conviver tanto cidade como ecologia dentro do nosso bairro.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Sonia Aparecida Gomes.

A SRA. SONIA APARECIDA GOMES – Bom dia. Eu não faço parte de entidade nenhuma, mas tenho uma terra ali (ininteligível) do Cruzeiro, que faz parte do Morro do Cruzeiro. Estava aqui ouvindo muitos falando sobre o Morro do Cruzeiro, inclusive o Subprefeito, mas eu gostaria que atentassem que ali existem moradores, existem pessoas, e não só pensar em parque; que ali precisa de uma mudança do zoneamento e ver onde vai ser feito esse parque, qual o tipo de proposta. Ali tem dois zoneamentos, Zepam e Zepac, ainda. Qual seria a proposta para ali? Porque tem pessoas que dependem da sua terra, tem pessoas que declaram sua terra, pessoas que precisam de moradia, como tem invasão ali. Eu estou sozinha nessa luta porque nem todos sabem o que é zoneamento, nem todos ali sabem o que é plano diretor. Tentei fazer uma reunião, mas fui praticamente enxotada, porque são pessoas que não têm certo nível de escolaridade e não entendem. Como Vereador Gilson Barreto é daqui da região, então eu gostaria que olhasse e atentasse mais para aquele lugar, que estudasse melhor, para que a gente não venha a ser prejudicada, porque as pessoas precisam de moradia também. E olhar também que as terras ali são de grande metragem e a gente tem um limite. E com o restante da terra faz o quê? Não faz nada? Tem que verificar esse lado também. Eu gostaria que mudasse o zoneamento ali, porque eu já estou dentro da área urbana e muitos ali também gostariam que mudasse. Mas eu acho que a Subprefeitura também deveria verificar porque quando pedimos informação na Subprefeitura ninguém sabe informar, então a gente fica mais do que perdido.

Ano passado, estive conversando com o nobre Vereador Gilson Barreto, que já sabe da situação, então espero que haja uma atenção sobre a situação do Morro do Cruzeiro e oficializar as ruas, porque ali não há nenhuma rua oficializada, se procurar no Google não

existe. Já que todo mundo quer que venham empresas para cá, temos de melhorar a região.

Vejo que o pessoal do bairro Palanque é unido, mas infelizmente no Morro do Cruzeiro não há união dos moradores nessa parte.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO – Bom dia a todos. Sou morador do Jardim Santo André há quase 40 anos e conheço, como poucos, essa região de São Mateus.

Três coisas me chamaram a atenção: Eu recebi um panfleto da Prefeitura e acho que São Mateus é a única região onde o Poder Público se orgulha de ter um lixão, porque são mais de 2,8 milhões de m² de mata devastada, nascentes sendo soterradas, em prol de uma região inteira da zona Sul, a parte Sudeste e a zona Leste. Ou seja, uma quantidade de lixo equivalente à população do Uruguai vem parar aqui em São Mateus. Sem contar que São Mateus também tem votação para depósito de pessoas.

Costumo brincar que no Jardim Santo André há um mosaico bizantino em empreendimentos habitacionais, porque cada Prefeito deixa a sua marca: desde as casinhas do mutirão às casinhas do Quércia, as casinhas do Montoro, Singapura de Pitta e Maluf; mutirões de luxo da Marta; até os prediozinhos laranjas do Kassab.

Na região do Jardim Santo André e do Jardim São Francisco, mais especificamente, mapeei mais de 72 nascentes a olho nu, sendo que uma delas produz em média 10 litros de água por segundo. No entanto, nada é feito no sentido de protegê-las. Um bem como a água e uma região rica em manancial não pode ser entregue a depósito de lixo nem a depósito de lixo.

Em relação ao Morro do Cruzeiro, o seu loteamento é da década de 50, ou seja, o bairro mais velho próximo ao Morro é o Jardim Santo André, que é de 1966; e o Morro do Cruzeiro é de 1958, 1959.

Como já foi dito, o Morro do Cruzeiro tem vista privilegiada para Serra do Mar, Serra da Cantareira, Serra da Mantiqueira, torres da av. Paulista, região de Itaquera, e tem uma visão panorâmica de São Mateus como um todo. No entanto, está abandonada. Não se fala em parque no Morro do Cruzeiro. E tem um detalhe: Mesmo que o Morro do Cruzeiro, o segundo maior pico da Capital, se torne um ponto turístico, quem vai querer subir o Morro para ver lixão?

Há anos, desde o primeiro Plano Diretor, e no segundo Plano Diretor foi colocado

São Mateus como um potencial de ecoturismo, área urbana, área agrícola, para a questão de agricultura familiar e periurbana. No entanto, essa massa de gente que está sendo jogada para cá, através de projetos habitacionais e outros fatos, está acabando com o potencial da região, estamos perdendo as matas e as nascentes da região, que eram 178 nascentes mapeadas em 2003. E hoje, se existem 100, já é muito. Dessas 100, 78 estão no Jardim Santo André e Jardim São Francisco, onde está destinado a receber empreendimentos imobiliários e justamente o lixão.

Quero deixar bem claro que a cara desse Plano Diretor é justamente a construção de espigões na Cidade. São Paulo será um mar de concreto, e já estamos sofrendo na pele e na saúde todo esse processo predatório que estão nos impondo, quando o certo seria discutir o Plano Diretor com nós, os moradores, embaixo; para, depois, discutir em cima. Vem de cima para baixo. E esse tipo de coisa, não aceito.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Angela Rodrigues dos Santos Gomes.

A SRA. ANGELA RODRIGUES DOS SANTOS GOMES – Bom dia. Quero agradecer a Mesa por esta oportunidade na minha região. Sou moradora do Jardim Iguatemi há muitos anos, próximo ao Rodoanel, que foi uma grande conquista do povo de São Mateus e que achei que não veria aquela grande obra concluída.

O que me preocupa, ao ouvir todas as pessoas que falaram aqui, é a fiscalização. Como falei, moro no Jd. Iguatemi, que está sendo todo invadido, a olho nu. E acredito que aquela área invadida seja do Poder Público. Todo dia tem uma casa nova na área ao lado do Rodoanel, onde tem uma área verde, que deveria ser preservada.

Eu estarei lá, vamos lutar juntos porque há 43 anos moro em São Mateus, eu luto pelos empregos daqui.

Ah, só mais uma informação: uma universidade queria se instalar no Parque São Lourenço e porque está lá na lei que é ZEI, ela foi embora. Uma universidade viria para cá e nós estamos perdendo de trazer cientistas, professores, mestres, doutores para a nossa região e nós não podemos. E só porque foi colocado na região que é ZEI.

Vereador, Vereadora, vamos lutar juntos?

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Darci Aparício do Conselho do Jardim Nove de Julho.

O SR. DARCI APARÍCIO – Bom dia a todos, a todas, à Mesa que está aqui representada. Gostaria de abordar duas questões. Falaram alguma coisa sobre a questão do cooperativismo, emprego e renda. Ninguém melhor que eu para falar sobre isso.

Aqui temos uma cooperativa, e eu moro ao lado da cooperativa no Jardim Nove de Julho. Quando a cooperativa foi fundada, a gente teve grandes companheiros. Quem são os companheiros que ainda lá estão? Porque da gente, à época, diziam que éramos privilegiados porque abrimos uma cooperativa. A gente lutou muito para que desativasse aquela usina de compostagem que havia, e foi então criada uma cooperativa. Tudo bem. Essa cooperativa hoje avança? Não! E há um espaço bastante expressivo para avançar. Lá, no passado, havia três turnos e em vez de progredir, regrediu. Voltou para dois, voltou para um, e depois começou novamente, e parece que agora está havendo dois turnos. A gente fala muito sobre isso, pois acompanhamos todo o desenvolvimento e há o que ampliar porque espaço tem, ali tem espaço.

Tenho questionado muito na Subprefeitura com relação ao avanço porque ali já foi depósito muito expressivo de caçambas lotadas, havia criadouro até de dengue, ferro-velho por ali, demais, e sucatas, e nós batemos nisso. Por que não avança o espaço? Ali há espaço, sabemos muito bem, que pode dar muito emprego e renda porque cooperativismo é sinônimo de emprego e de renda. Muitos dos companheiros que entraram, muitos deles, e precisamos ser conscientes, se arranjam coisa melhor, claro, sai do cooperativismo e vai sim se empregar em outra empresa, é claro! Isso é democrático. Aonde quero chegar?

Nosso tempo é pouco, então gostaria de falar sobre a planta da URB, assunto que já foi abordado. A planta está aqui, está terminando essa gestão, o mandato, isso aqui já era para estar nos *finalmentes*, mas até agora – segundo tenho notícia – parece que não saiu do

papel, e deixo clara essa questão.

Vou concluir, e para tanto abordo o tema idosos porque trabalho com os idosos. Conheço toda a história dos idosos. Quem é a minha esposa? É a Prudenciana do Conselho do Idoso, que é da região. Todos os meses, nos reunimos na Sub para debater sobre direitos e deveres dos idosos.

O tempo aqui é restrito, eu sei. Gostaria de falar de outras questões, avançar mais, mas obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Leandro Brás de Andrade, Santa Bárbara Leste – 1.

O SR. LEANDRO BRÁS DE ANDRADE – Bom dia. Sou da zona Leste, Leste-1.

Gostaria de questionar sobre as moradias da região.

Falam muito sobre a mata, que deve ser preservada, mas está cheio de moradia devido à invasão. Lá nunca teve qualquer fiscalização, nunca passou carro de fiscalização falando do problema ambiental. Falaram que ia ser um Poupa-Tempo, depois invadiram, e muitos que estavam na fila para ter moradia de projeto social, há espaço para ocupar, mais de 300 pessoas estão lá e há 50 casas. Isso é uma injustiça em nossa região.

Também os hospitais, que não funcionam. Nunca há médico. Na AMA, entre quatro, três da tarde os médicos não atendem mais. Nunca teve fiscalização, e agora que o pessoal está lá morando, vai fiscalização e é uma área em que poderia haver muitos prédios, parques e vários tipos de serviço, mas não há. Agora tem lá um monte de casas, falam em deixá-los, mas todo mundo que entrou ali tem dinheiro. Em menos de dois, três meses já tinha casa de três, quatro andares. Quem deu o dinheiro para eles? Se não tinham condição, como conseguiram construir casas em menos de três meses?

Nós vamos em todos os atos. Estamos indo pra rua para conseguir um projeto digno para nós. E eles vão numa floresta, do nada, conseguem um monte de casa e falam que

têm ajuda da Prefeitura. E a gente vai pra a rua, passa uma semana, um mês na frente de um banco para conseguir uma assinatura só para fazer o projeto andar...

Era isso que eu gostaria de falar.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Rosalina de Oliveira Santana, Movimento Moradia.

A SRA. ROSALINA DE OLIVEIRA SANTANA – Bom dia a todos, a todas, à Mesa.

Sou moradora da região do Iguatemi há mais de 20 anos. Faço parte do conselho de saúde da UBS Jardim Laranjeiras. Aproveito a oportunidade para falar que a Fundação ABC assumiu, dia 1º, mas não integralmente. Não é integral, assumiu somente a AMA e a gente quer que seja totalmente, que seja integral.

Gostaria de dizer que coordeno um grupo de moradia no Jardim Laranjeiras. Aonde moramos não há regularização e nós pedimos que se mantenha a área como ZEI em nossa região. Sendo assim regularizado, a gente tem condição, o poder público tem condição de manter uma moradia digna para todo mundo, que nós possamos ter água, esgoto, iluminação, enfim, uma condição melhor.

O motivo das famílias participarem do Grupo Laranjeiras é porque há dificuldade de não ter onde morar. Lutamos, brigamos por isso, defendemos áreas de ZEI, que significa Zona de Interesse Social, porque através disso haverá facilidade para o poder público levantar melhorias que nós precisamos em nossa região.

Gostaria de pedir a todos, na verdade, queremos conseguir manter o nosso espaço. Que todo mundo possa ter direito à moradia. As pessoas têm dificuldades, elas trabalham muito, pagam aluguel caro e não têm onde morar. Temos na região, agora, várias ocupações ilegais. As pessoas chegam, ocupam, vão ficando, vão construindo as suas casas, e depois são tiradas de qualquer maneira. Então, tendo essas áreas, não há necessidade de

ocupar lugares desse tipo. Temos uma ocupação em frente à UBS Laranjeira, que é um local de área particular, as pessoas estão lá. Eu gostaria que se mantivessem essas áreas de ZEIs para a gente poder ter uma moradia digna.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Hamilton Clemente Alves.

O SR. HAMILTON CLEMENTE ALVES – Bom dia a todos, aos componentes da Mesa, ao meu Subprefeito Fábio de São Mateus, Vereadora Juliana Cardoso, Paulo Frange, Gilson Barreto, Rosana e nosso Pastor Hamis(?).

Eu não poderia deixar passar batido dentro da proposta das mudanças do zoneamento aqui da nossa região algumas questões principalmente em relação à mobilidade urbana. Aqui na nossa região temos problemas seriíssimos de mobilidade urbana. As ruas são muito estreitas e sem contar que há muita dificuldade no desafogamento do trânsito. Fora isso, temos a questão do monotrilho.

Lá atrás fizemos um movimento contra esse monotrilho por que sabíamos que ele ia nascer saturado, além de ter nascido saturado, as obras não seguiram em frente, ficaram paradas. Há a questão do traçado, com uma cicatriz horrível na nossa região, muito feia e, por último, ficamos sabendo que o Governo do Estado não vai mais continuar a obra até a Cidade Tiradentes. Enganaram o nosso povo do Iguatemi, da Cidade Tiradentes. Disseram que iam levar o monotrilho até o hospital de Cidade Tiradentes e, se brincar, não vai chegar nem aqui no Largo de São Mateus. É uma obra que foi identificada com superfaturamento. O dinheiro que já gastaram nessa obra daria para levar o metrô até a Cidade Tiradentes tranquilamente. Na época, pedimos metrô, não era monotrilho. Daí estamos discutindo. Os motivos de trazer o monotrilho para a nossa região é que era o modal mais barato e mais rápido para construir e até agora nada. O monotrilho é o bondinho da *Disney*, ele serve para deslocar pessoas em área de lazer, em passeio, não para um transporte de 24 quilômetros, carregando passageiros

da forma que será colocado aqui. Ninguém discute, as pessoas passam, sofrem com o trânsito parado por conta da obra superfaturada e ninguém cobra o Sr. Geraldo Alckmin, ninguém cobra o Governo do Estado.

Precisamos nos unir aqui em São Mateus e cobrar o Governo do Estado. Temos de cobrar se vão fazer até a Cidade Tiradentes ou não vão? O Vereador Gilson Barreto colocou em discussão a possibilidade de o monotrilho passar por trás do CPA, ali no São Gonçalo, até porque a ideia seria passar ali na Av. Ragueb Chohfi. Vocês imaginam a largura da Av. Ragueb Chohfi, como é que vai passar carro de passeio, ônibus e monotrilho? Inclusive já desapropriaram vários imóveis lá que estão vazios, desapropriaram com dinheiro público, que não vai mais utilizar esse espaço. Então, gastaram o dinheiro público...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Hamilton.

O SR. HAMILTON - ... e não vai mais passar monotrilho nem metrô nem nada ali.

Então, eu gostaria de cobrar.

Para encerrar, há a questão do zoneamento do Carrãozinho-Jardim da Conquista. Ali no Carrãozinho-Jardim da Conquista não tem só morador, ali tem bastante comércio. Então, precisa também incluir aquele espaço também na Lei de Zoneamento misto para atender também ao comércio. E vamos cobrar do Governo do Estado esse monotrilho! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra Álvaro de Abreu Alves. (Pausa)

- Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Selma da Silva, do Movimento de Moradia Leste I.

A SRA. SELMA DA SILVA – Bom dia a todos. Faço parte do movimento de moradia. Não estou vindo aqui para falar somente da minha entidade, mas também venho em prol do Jardim Santo André. Nosso posto de saúde está abandonado. Sempre dizem que serão feitas melhorias, mas nunca fazem. Não temos médicos, não temos bom atendimento. Não há

médicos para atender a quantidade de crianças que moram ali no Jardim Santo André. Temos que buscar recursos no nosso bairro. Estou aqui não só pelo movimento de moradia. Também moro no Jardim Santo André, também quero melhorias para a região, também utilizo aquilo ali. Se eu buscar somente melhorias em outras coisas e esquecer alguns, não é possível.

Também estou aqui para falar do caso de um senhor, cujo nome não me recordo. Ele veio me falar do São Lourenço, que é também para moradia. Também faço parte da moradia. São Lourenço não é só para empresa, tem muitas empresas ali que estão construindo, mas não tem nada, está tudo parado. Tem empresas ali que estão largadas. Por que não se utilizam aquelas empresas que estão ali paradas? Por que eles não pegam aquelas empresas que estão ali largadas e põem para funcionar para dar um bom emprego? Por que as empresas que estão lá fora não vêm? Tem empresa, porque, quando a gente reivindica moradia, somos questionados: “Ah, São Lourenço tem que ser um lugar para empresa”. Não. E porque as construtoras podem construir, e movimento sem terra, não? Qual é o direito deles? Por que só eles podem buscar e nós, não? É nosso direito, sim, buscarmos moradia e emprego. A gente também quer emprego do lado da nossa casa. A gente não quer sair daqui da zona Leste e ir para a zona Sul, porque a gente tem que acordar às 3 horas da manhã para isso. E por que não podemos acordar um pouco mais tarde e ingressar no serviço ao lado da nossa casa? Porque temos que ser largados para o lado do Sul, apesar de morarmos na zona Leste? Temos, sim, que reivindicar nossos direitos. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Tem a palavra Jerônimo Barreto da Silva, da Associação dos Moradores Nossa Senhora Aparecida.

O SR. JERÔNIMO BARRETO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa. Mais uma vez, São Mateus, junto com os seus moradores, apesar de que a população, quando conta em sua casa com sua iluminação e pavimentação, esquece-se de participar das reuniões. Lutamos no Orçamento Participativo e as demandas aconteceram. Agora, quando entram água e iluminação no seu bairro, as pessoas esquecem-se de participar de uma

audiência pública importante. Depois, ficam perguntando para a liderança e para os vizinhos sobre o que aconteceu, o que foi que deu. Gente, não é assim! Estamos aqui para lutar em prol do bem estar da nossa comunidade.

Vamos entrar agora na demanda. Vim falar sobre o Jardim São Francisco, que foi beneficiado e que possui mais de 70 mil famílias. Ela ficou na história como a terceira comunidade de São Paulo urbanizada, porque houve luta, Srs. Vereadores. Nós lutamos muito para aquilo acontecer e hoje estamos batalhando para que haja a regularização fundiária para que a gente tenha certeza de que aquilo ali é da nossa comunidade.

Aos companheiros que ainda estão na luta, vamos lutar sim para a gente ter um dia a iluminação e a pavimentação. Agora, se vocês ficarem em casa, não vão ter nada. Tem que vir para a rua participar. Não é só o governo, não. As pessoas metem o pau e falam mal do governo. A gente lutou no Orçamento Participativo e conseguimos muita coisa: posto de saúde, iluminação etc. Isso a Prefeitura fez.

Temos que olhar também a Jacu Pêssego. Srs. Vereadores, vamos chamar uma audiência pública com o Governo do Estado. Estamos com mais de 3 mil famílias há mais de 7 anos e nós precisamos colocar esse pessoal em moradias dignas. Precisamos, pois há mais de 7 anos eles estão vivendo de aluguel. Por isso, Srs. Vereadores, Subprefeito, Pastor, a gente pede ajuda para esse pessoal.

Para encerrar, nós queremos a legalização da UPA DO Jardim São Francisco porque aquela avenida, Vereador, é necessária. O lugar mais próximo para a gente chegar com atropelados é o Hospital São Mateus. Nós temos dinheiro, temos o terreno; mas dependemos da boa vontade de cada um de vocês. Obrigado, e vamos à luta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por último, a Sra. Fátima Magalhães de Oliveira, do Conselho Tutelar do Parque São Rafael.

A SRA. FÁTIMA MAGALHÃES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Sou presidente do Conseg do Distrito São Rafael, faço parte do Conselho Participativo e estou conselheira

tutelar.

Registramos no Geduc crianças do KM 28, Jardim Elisabeth, Jardim Nova Conquista que querem estudar, mas não há escolas. Mais de 2 km é um direito violado. Mas como vai estudar se não tem escolas? A rede pública estadual praticamente não arrumou transporte, então temos crianças lá sem estudar. No início de outubro teremos reunião de novo com o Promotor da Geduc. Eles querem saber das autoridades quando vão construir um equipamento público nesses espaços. Isso é muito sério.

Outra coisa. No Jardim Santo André – onde moro há mais de 40 anos – construíram uma EMEI, uma CEI e uma EMEF. Está faltando o CEU, porque as mães chegam no Conselho Tutelar e elas não falam que a criança estuda na EMEF Thereza Maciel, elas falam que as crianças estudam no Mini CEU. Não existe Mini CEU, o que está faltando lá é realmente um CEU, área de lazer e cultura. Já protocolamos um pedido de área de lazer e cultura para aquelas crianças. Estão devendo um CEU para o Jardim Santo André. Então, que seja naquela área ao lado; porque, para construir um CEU não precisa de uma CEI, de uma EMEI e de uma EMEF? O equipamento já existe, falta o Poder Público realizar isso.

Jardim Santo André e Jardim São Francisco foram fundados em 11 de março de 1966, farão 50 anos no ano que vem. Espero que até lá as crianças ganhem essa área de lazer e cultura, porque não há biblioteca, elas estão indo para as drogas. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos ouvir a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia. Cumprimento os presentes na Mesa: Presidente Vereador Gilson Barreto; Vereador Paulo Frange, relator do Plano; Fábio e Suzana; e agradeço ao Pastor por estar cedendo esse espaço para podermos dialogar.

Na região de São Mateus, pela estatística, há mais de 400 mil habitantes dentro dos três distritos. Acredito que já passamos disso faz tempo, hoje temos uma população muito extensa.

Essa população chegou aqui de diversas formas e hoje o bairro é organizado,

desde o comércio, a empresa, a indústria, a população, a moradia, ou seja, desde quanto à ocupação, quanto à organização privada.

Srs. Vereadores, há uma dificuldade muito grande e real que devemos discutir hoje. O que é esse Plano? Quer dizer, onde é preciso reorganizar e dar uma diretriz? Em ZEIS, em polo industrial, na questão do meio ambiente? Então, é preciso definir as diretrizes especificamente.

Esse Plano, que estamos retomando, é para visualizarmos o território e visualizar o território, que eu digo, é de lupa mesmo. Onde avançamos, por exemplo, em ações de regularização fundiária que para nós, em São Mateus, Vereador Paulo Frange, é o que mais pega. Por que hoje há tanta dificuldade na questão do comércio, da indústria ou da própria moradia? Porque as áreas não têm uma regularização fundiária na sua totalidade.

Hoje, se eu for à Avenida Mateo Bei, onde estão os comerciantes, poucos terão o alvará; ou se eu for às indústrias, como por exemplo, no Jardim Palanque e da Rua Particular Timão, elas também não terão regularização. E pasmem, pois no caso dessas ruas, só vieram para a região porque naquele momento o zoneamento permitia que estivessem ali presentes. E, num piscar dos olhos, mudou-se o zoneamento sem ao menos olharem para o território. Há muita dificuldade, muitas vezes, para trazer os técnicos aos territórios e eles visualizarem que existem pessoas e que há uma produção.

A organização desse pessoal foi o início, de pegar na mão dos técnicos e olharem o território e visualizarem que ali tem um polo industrial, que precisa ser olhado de forma regular para que essas pessoas possam ter os seus equipamentos funcionando. Tem uma indústria específica de lubrificante, que acompanhei de perto. Precisavam do alvará da empresa Agência Nacional do Petróleo para produzir o óleo e não havia jeito. Tinham um prazo assim: ou entregavam um alvará ou fechariam as portas e deixariam mais ou menos 150 pessoas desempregadas. E aquela região tem essa característica de geração de emprego.

Então, quando o senhor coloca que a nossa região é muito pequenina nessa organização de indústria e de empregos é real. Tanto é real que, dentro do plano do Arco do Futuro, que foi pensado pelo Prefeito Fernando Haddad, foi o primeiro polo industrial na gestão dele.

Ele veio, fez o decreto, a legislação, que também passamos na Câmara e coloco, porque tem esse olhar.

Acredito que também temos de trabalhar muito com a questão das ZEISs. Não

podemos abrir mão das ZEISs. O que podemos fazer é repensar, mas abrir mão, jamais. Isso porque as ZEISs são Zonas Especiais de Interesse Social. Por exemplo, o Parque São Lourenço é uma área para renda, ZEISs-2. Quer dizer, as pessoas que têm uma renda de 0 a 6 salários mínimos, poderão ter o direito de comprar sua moradia.

Então, precisamos pensar como faremos essa organização, porque São Mateus não tem tanta área descoberta para fazer moradia popular. Para se ter áreas, é necessário haver desapropriação e isso não é justo. Então, temos de repensar, pelo menos, 80% de São Mateus, porque as áreas ainda não estão completamente regularizadas e completamente organizadas para terem escritura ou alvará.

Portanto, temos uma complexidade nesse plano e temos de olhar, com lupa, buscando a melhor forma para adequar a todas as pessoas e a todos os interesses da região.

Temos, por exemplo, no fundão, no Iguatemi, locais, que foram muito bem colocados pela Fátima, que não têm equipamentos públicos. Não há escola, não há Unidade Básica de Saúde, mas há uma grande quantidade de pessoas morando lá.

Ainda, temos a questão do Morro do Cruzeiro. Estou em meu segundo mandato e desde que eu me conheço por gente, ouço várias pessoas falarem sobre esse Morro do Cruzeiro. Já fizemos várias caminhadas no Morro, missas ecumênicas. Acreditamos que ali podemos ter um espaço turístico para a cidade de São Paulo. É o maior ponto alto de nossa Cidade. Podemos, inclusive, pensar em implantar um teleférico, um parque. Sei que ainda há pessoas que moram lá e isso também tem de ser visualizado, buscando a melhor forma de reorganizar isso. Mas o fato, hoje, é que estamos perdendo o Morro do Cruzeiro para a ocupação, porque, infelizmente, as pessoas também precisam de moradia. Entretanto, às vezes, falta o entendimento de que espaços verdes são importantes para a sociedade.

Outra questão diz respeito sobre a única área verde que temos na Fazenda da Juta. É a única área verde e estamos perdendo, também. O que temos de área verde é o Parque do Carmo. Depois, temos um parque, que nem é tão arborizado assim, na Vila Prudente. Fora isso, não temos nenhuma área verde, fora a região da Fazenda da Juta, que pertence ainda ao Estado. Temos feito uma frente para que haja um entendimento para que o Estado passe para a Prefeitura aquela área verde, a fim de que a Prefeitura possa trabalhar e fazer um parque de fato. Ou que o Estado faça um parque estadual, mas sabemos que, muitas vezes, os parques estaduais não são tão bem cuidados.

Por isso que temos feito uma frente muito intensa para poder ter aquele único espaço verde que também está sendo ocupado.

No outro dia eu passei lá na frente, até fiquei muito... já tenho notícias. Trabalhamos muito para não ter ocupação, mas o fato é que a Prefeitura não tem uma estrutura mega intensa para poder barrar. É também importante saber, que quando a ocupação se consolida, para a sua retirada é só com a reintegração de posse e aí passa pela Justiça. Às vezes a Justiça é lenta nessa forma do parque.

Mas eu acho que nós precisamos fazer uma frente.

Por último, mas não menos importante, é que nós precisamos fazer com que esse plano, é um que nós estamos vindo ao território, mas estou sentido falta ainda dos bairros, principalmente aqueles que precisam ter a regularização.

Acho que aqui há atores importantes da região de São Mateus, pessoas formadoras de opinião. Penso que nós precisamos fazer uma frente, não só deixar na mão da Câmara, ou da Prefeitura ou subprefeitura para fazer o contato com esses bairros. Porque o Plano Regional será votado no final do ano, ainda vamos fazer em primeira e as informações têm que estar chegando.

Esta Comissão está fazendo o canal de organização, tanto pelo *site*, pelas audiências públicas, na organização de se receber informações.

Conforme vocês estão falando aqui, não pensem que o Vereador Paulo Frange não está ouvindo. Enquanto vocês falam ele olha dentro dos estudos, anotando e visualizando o que precisa ser mudado, o que pode, o que não vai dar, para que, na sua fala, ele possa compilar um pouco.

Para nós, a ação de vir no bairro, na região, no território é muito importante, porque a cidade de São Paulo é grande. Muitas vezes nós temos situações que não passam nos ouvidos ou passam despercebidos, mas as pessoas que moram na região sabem muito bem do que estão falando.

Ademais, agradeço a todos, desculpem alongar tanto, mas é uma região onde trabalhamos muito e é preciso colocar aqui as situações.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado Vereadora Juliana.

Só mais um pouquinho, vou fazer alguns comentários, depois passo para o relator fazer um apanhado geral do que foi falado.

Olha, geralmente são realizadas de cinco a oito audiências públicas, via de regra internas, para um projeto quando chega à Câmara. Depois ele vai para a discussão e votação dos 55 Srs. Vereadores.

Para esse projeto, de iniciativa de nós, Vereadores, principalmente dos sete membros da Comissão, que tem a anuência do Presidente Antonio Donato - que hoje não está aqui porque foi na Câmara no seu Bairro, inclusive - nós resolvemos realizar 46 audiências públicas, uma em cada região de subprefeitura, mais outras temáticas e já aprovamos duas ou três audiências públicas.

Uma dessas audiências será para os movimentos religiosos, onde há incoerência em considerar igreja como se fosse casa de show. Isso precisa ser separado, para tanto faremos a audiência pública com todos os segmentos religiosos.

Outra será sobre o aeroporto de Parelheiros, faremos audiência pública que mexerá muito com o meio ambiente. Estamos preocupados.

Há uma terceira, que a Comissão de Administração Pública pediu, sobre um bairro que os moradores só querem residência, não querem comércio por lá. Então essas três nós vamos fazer e vai chegar, já tem 49.

Mas quanto ao movimento popular, Sr. Subprefeito, precisa realmente intensificar a fiscalização porque não é só o problema da ocupação ou invasão, mas porque isso é doloroso depois, quando a Justiça determina que saiam e a polícia vem e tem de cumprir o seu papel.

Então a Prefeitura pode ajudar muito não só nas áreas municipais, como nas

particulares também. Foi falado aqui que tem de se respeitar os movimentos organizados. Hoje existem milhares de pessoas inscritas na Cohab. E defendo a questão das moradias e os movimentos organizados, que temos de respeitar e valorizar.

Na área de Santa Adélia, tem um parque linear, que já entrei com projeto de lei, mandei emenda, não foi aprovada, para poder aproveitar e salvar esse parque, que começa no Terminal Santo Amaro e vai até a av. Tenente Lauro Sodré, no Jardim Valquíria. Então, é uma área muito grande que precisa ser aproveitada.

Vovó Carolina realmente precisa ser revisto. O comando agora é nosso, da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, porque o Executivo já cumpriu o seu papel e já fez o que tinha de fazer.

Sobre o Parque Nebulosas, a Sra. Sueli já conversou com o Subprefeito, e vou propor emenda para implantar o equipamento para os idosos e melhorar a condição.

Nós já temos os instrumentos para a legalização das terras dos bairros assentados, sedimentados, onde não podiam morar antes. Agora já temos o instrumento que a Prefeitura pode chamar para si e resolver. É claro que, no caso de terra particular, tem de se negociar com o proprietário, é uma questão de Sehab resolver. Mas quanto aos instrumentos já temos através de lei.

Plano de cima para baixo. Eu discordo. Não tem nada disso. Se fosse de cima para baixo. O que nós queremos é a lei de zoneamento para a cidade de São Paulo, não somente para A, B ou C, nem por poder econômico, nem por movimento de moradia somente; é para todo mundo. E tem espaço para todo mundo. Se precisar de um milhão de áreas para habitação popular, sabemos onde tem. Isso está claro nessas audiências públicas.

Eu conversava com o nobre Vereador Paulo Frange, quando vamos àquela região de Perus, Parelheiros, falamos: “Olha, a região de São Mateus é centro de cidade”. O que vocês precisam conhecer muitos bairros fora daqui para começar a valorizar a região, reestruturar a região, rever.

Esse zoneamento é muito importante, nós vamos adequá-lo respeitando todos os segmentos, dá para acomodar todo mundo. Quanto às incoerências, vamos tentar resolver. Quanto às igrejas, vamos fazer audiência pública para resolver o problema.

A questão da obra do Rodoanel, que parou, vai chegar até o Jd. Colonial em 2018, porque o Brasil está quebrado. Então teve que dar uma recuada, o Governo do Estado. E estamos brigando pelo traçado, que quem tem que dar é a Prefeitura. Estamos pedindo para mudar o traçado, para não passar pela Ragueb Chohfi o monotrilho; procurar outra opção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB) – O senhor já falou, agora a palavra está comigo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB) – Não, o Brasil está quebrado. É por isso. A palavra agora é minha.

Então estamos levando essas audiências públicas da Lei do Zoneamento com coerência, pé no chão. Estou aqui em São Mateus desde 1964, e temos uma responsabilidade. Quando foi para asfaltar, estávamos aí; quando as ruas foram abrindo, as coisas, enfim, desde aquela época estamos pisando no barro também, tanto quanto todos vocês. Tem muitos que são jovens, não conhecem a história, mas nós sabemos da história da região, e sabemos o que queremos.

Vamos ouvir, e, sem qualquer constrangimento, vamos receber qualquer segmento – os industriais, os movimentos populares. Estamos abertos para ouvir a todos, receber documentação. Muita gente entrega para a gente, principalmente para mim e para o relator, documentos. Nós vamos receber e vamos analisar.

Estamos bem afinados, *pari e passu*, olhando rua a rua desta cidade. Estamos fazendo audiência pública às segundas, às quintas à noite, e aos sábados pela manhã e pela tarde. Não estamos aqui para brincar, estamos levando a sério, e por isso estamos dispondo todo esse tempo. O relator poderia estar com a família passeando, mas está aqui, como todos nós, Vereadores, exceto pelo Vereador Dalton Silvano, que, devido a uma cirurgia, não pôde participar. Vamos mexer no plano. Aqui não tem prato feito, que foi o Governo que mandou. Esqueça, que não vai. Porque se assim o fosse, pararia, não seria votado, se for como veio.

Disso vocês podem ter certeza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB) – Está. Depois que o Brasil melhorar, que vai melhorar a partir de dezembro, aí a gente muda.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB) – Está bom.

Tem a palavra a Sra. Rosana, para falar alguma coisa sobre área pública.

A SRA. ROSANA – Acho que deu para perceber que as três dinâmicas principais, e que são superimportante, igualmente importantes, são essas três, que sempre temos que tentar balancear, e que o Executivo tentou balancear nesse projeto da Câmara, e a Câmara também vai ter essa questão de tentar balancear, para aprovar a lei. Essa demanda da moradia é superimportante, assim como a ambiental e a dos empregos. Uma coisa não consegue se desvincular da outra. Vemos, por exemplo, por Cidade Tiradentes, porque se investiu tanto em moradia, e agora a população necessita realmente de emprego e comércio na região. Então tentamos balancear no Executivo, e fica essa tarefa para a Câmara.

Só queria fazer dois comentários sobre demandas específicas que vieram.

As avaliações de Zepac foram feitas pelo órgão competente pelo tombamento, e por isso que algumas entraram e outras não, dependendo do critério do Plano Diretor. De toda forma, como o interesse é coletivo, é possível protocolar uma proposta de tombamento dentro do órgão competente. Então vocês podem se organizar para protocolar essa proposta.

Outro assunto pontual que surgiu é a respeito das áreas verdes públicas que o Fernando levantou.

Desde 2002, do PDE antigo que foi revisto agora, é permitida a instalação de equipamento público e social em áreas verdes públicas. Isso porque, para a demanda de creches, de serviços básicos, é necessário que haja esses equipamentos muito próximos do local de moradia das pessoas. São equipamentos básicos de saúde. Então o nosso grande problema é essa questão do balanceamento.

Esclarecendo o que seriam áreas verdes públicas: na verdade, os parques e as reservas têm o zoneamento específico de Zepam, ZEP, então elas estão protegidas por esse zoneamento. A ideia para os equipamentos não seria, a princípio, instalar nessas áreas. As áreas verdes públicas são todas as áreas doadas quando feito um loteamento, então não necessariamente é uma praça implantada. Pode ser uma área que foi doada para se tornar

uma praça futuramente, e até agora não foi implantada, e que está muito sujeitada, hoje, se não implantada, a uma invasão, algo que vai gerar muito mais problemas depois, porque temos que enfrentar essas duas questões, a da habitação e a do meio ambiente.

A ideia dessa proposta feita no PL seria regulamentar um pouquinho mais a fundo essa questão das áreas verdes. Separar as áreas verdes que já estão ocupadas pelo Poder Público hoje, e que ainda não foram regulamentadas, das áreas verdes que têm esse potencial se tornarem praças e das áreas verdes que hoje são efetivamente praça. Essa é a ideia do PL, e o rol de contrapartidas criado é justamente pensando na parte ambiental. Se for ocupado por equipamento, que se dê possibilidades de o Poder Público conseguir realizar essa contrapartida, porque hoje a contrapartida simplesmente por outra área não é efetiva, porque se não for encontrado um terreno na região para implantar o equipamento, como que vamos encontrar outro terreno para fazer a contrapartida? Então se criou esse rol para não prejudicar, ou pelo menos minimizar o impacto da instalação desse equipamento no local. Foi essa a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB) – Tem a palavra o Relator, o Vereador Paulo Frange, para que faça um resumo geral do que foi colocado.

O SR. PAULO FRANGE – É um resumo rápido, até porque os temas são concentrados.

Primeiro a abordagem de fiscalização, que foi muito falado. Muita gente reclamou, e temos uma preocupação muito grande. A Lei de Zoneamento só vai ter sucesso se a gente realmente tiver uma fiscalização muito efetiva, muito presente, depois de tudo isso aprovado. Até lá, também é uma preocupação. Mas para que ela possa prosperar e dar resultado, nós vamos precisar muito de uma fiscalização.

Hoje, temos um número de fiscais muito pequeno no Município de São Paulo. São 400 para a Cidade toda, sendo que precisaríamos perto de dois mil, conforme dados do sindicato dos agentes vistoristas e daqueles profissionais que seriam os futuros fiscais urbanos. É quase impossível fiscalizar a cidade toda.

O capítulo da fiscalização é o 3, e ele vai receber muita contribuição. Vamos fazer uma oficina e trabalhar isso da Câmara, junto com os técnicos, para que possamos aprimorar a forma de fiscalizar. Inclusive, provavelmente, criar um mecanismo Web onde ninguém se identifica, para que a gente possa informar ao máximo o cidadão, para que possamos ter mais de 11 milhões de pessoas nos ajudando a fiscalizar, passando informação. Muitas vezes, quando a Subprefeitura chega ao local, já está sendo invadido há mais de um mês, já está

construído, já está mexido. Tendo a oportunidade de saber antes, é muito mais fácil. Nas áreas de mananciais nós tínhamos um convênio que estava indo muito bem, convênio do Município com o Estado e todas as estruturas que fiscalizam acompanhando tudo isso. O convênio foi encerrado e as invasões voltaram a crescer de novo. Estamos aguardando o processo de um novo convênio para que a gente possa ter a participação da Polícia do Estado, da Polícia Federal, Ambiental, a Guarda Civil Metropolitana Ambiental. Todas as estruturas de fiscalização presentes para que a gente não perca o nosso verde.

Então, esse aspecto da fiscalização vai ser tratado com muito carinho, inclusive, com tecnologia de informação, ou seja, para que cada fiscal tenha acesso a um equipamento, a um *tablet* para que possa acessar o Governo imediatamente quando encontrar alguma irregularidade e que possa também ter esse documento de forma rápida junto ao Governo.

Aqui foi colocado dos problemas de falta de escolas técnicas e tudo, não é zoneamento, mas foi exatamente o que coloquei no início, nos preocupa muito termos uma região como essa onde a média daqueles que terminaram o ensino médio é 30 vezes menor que a média da Cidade inteira. Foi dito dos idosos por mais de uma vez eu vi aqui a discussão dos idosos. Temos de chamar a atenção pelo grau de envelhecimento que tem a região, chama muito atenção. Temos em São Paulo uma média de crescimento da população de 0.7 na média ao ano. Aqui está crescendo 1.12. O território daqui parece muito com o de Perus, Perus está crescendo 2.96, dá empate com a região de Iguatemi. Vocês só não estão crescendo menos porque lá em Iguatemi as mulheres estão tendo muitos bebês por ano, dá uma média de quase três filhos por família, portanto, o que acontece? Uma parte da Subprefeitura de São Mateus está envelhecendo muito porque é mais antiga e os jovens estão lá no Iguatemi e aí temos muito mais população crescendo lá do que crescendo por aqui, mas na média, é uma população que está ficando muito idosa e hoje a região precisa de uma política de atendimento ao idoso como São Miguel Paulista precisou de uma política porque era o bairro que tinha mais idosos em São Paulo e recebeu o primeiro Centro de Atendimento ao Idoso de São Paulo, na Praça do Forró, que foi a primeira unidade de atendimento que o Estado montou. A segunda foi lá no Mandaqui, mas vocês sabem que o bairro que tem mais

idosos na região está logo aqui do lado e é o Ipiranga e a Mooca. Mas precisamos de uma política para o idoso já aqui na região, coisa que não esperávamos. O envelhecimento aumentou numa velocidade muito maior do que estávamos esperando.

A regularização fundiária é uma preocupação muito grande, o Sr. Prefeito tem se esforçado, há três semanas estávamos aqui na região e estavam entregando mais de 2500 títulos de propriedade lá no Corinthians para o pessoal da região do Itaim Paulista, por ali. Enfim, na Lei de Zoneamento, em relação ao Plano Diretor, 10% das áreas demarcadas como ZEIs já foram demarcadas como zona mista de interesse social ou zona mista de interesse social ambiental, ou seja, receberam a regularização fundiária, faz parte de um processo, é longo.

Fui à Secretaria ontem para poder discutir exatamente esse assunto para poder avaliar quanto tempo vamos demorar. Lá atrás, quando fizeram um programa de regularização fundiária e tentaram buscar regularizar tudo isso que temos em São Paulo – pois é uma área muito grande, é coisa de quase 9% do nosso território –, eles imaginavam que em quatro ou cinco governos, com um trabalho duro, conseguiríamos resolver tudo isso. Vejam quanto é difícil resolver toda essa situação.

Mas, aqui ao lado vocês já tem um exemplo, quem olha o mapa hoje da Cidade Tiradentes notará que uma grande parte já está toda regularizada, inclusive o comércio passa a ser regular e praticamente toda a José Bonifácio está contemplada como Zona Mista de Interesse Social e não é nem ambiental, porque houve regularização fundiária e o comércio passa a ser legal. Então, estamos caminhando, 10% do território de São Paulo não é pouca coisa, é muito território. Mas esse processo ainda irá continuar.

Fernando, você trouxe três contribuições muito importantes. Olharemos com muito carinho, uma delas a gente já tinha encontrado, que é a situação da incomodidade da Zona Mista com Zona Mista de Interesse Social. Aqueles números seguramente estão apenas trocados: Zona Mista de Interesse Social Ambiental com a Zona Mista de Interesse Social. Com certeza, sim, se olhar no mapa com cuidado, verá que a ZEIS-4 é exatamente o patamar que deveríamos ter na Zona Mista de Interesse Social Ambiental. São 50 decibéis até às 19 horas e

essa comodidade vai por horários. Então, você tem toda a razão. Com certeza isso é uma troca de números e não uma intenção de mudar essa incomodidade.

No mapa tem outra troca para o caso de Zonas Residenciais, que estão lindeiras aos corredores, são as ZCor. E no ZCor ficou lá 0,70 como taxa de ocupação. É 0,50, houve uma troca. Esse é outro número que já tínhamos acionado no sentido de olhar e você foi a primeira pessoa que falou sobre isso na audiência pública. Você é um cara bom, acho que o levaremos para a Câmara.

Você falou que está faltando a Zepec. É impressionante, o mapa de São Mateus não tem o tombamento, mas existe o Morro do Cruzeiro. Nós já identificamos, falamos com o Governo, pedimos ajuda ao Conpresp e estamos fazendo um trabalho paralelo na Relatoria junto com o Vereador Gilson Barreto. Levantamos todos os tombamentos, que foram, inclusive, propostos em 2004, mas não foram apreciados ainda pelo Conpresp. Quando isso ocorrer, poderemos colocar nesse mapa do Conpresp toda a relação para que todos conheçam e saibam que o Morro do Cruzeiro tem um tombamento e é um espaço extraordinariamente importante, se tivesse a oportunidade de ser explorado do ponto de vista turístico.

Como essas zonas de preservação e desenvolvimento sustentável podem acolher atividades em áreas de lazer e turismo, além da atividade agrícola, podem com certeza gerar aqui o tipo de emprego que realmente precisa e há facilidade de se ter. Tem uma movimentação grande, o turismo é uma empresa limpa, não gera poluição em relação a outras atividades. É uma indústria muito mais limpa do que imaginamos e gera muito emprego. A empregabilidade do turismo é muito grande, porque não tem nada automatizado, tudo tem de ser pessoal.

Outra situação que você mencionou, o caso do Infra 6, realmente é uma preocupação quando você vai no artigo e encontra o conceito do Infra 6. No artigo 98 está escrito: “Os empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso INFRA poderão ser implantados em qualquer local do Município desde que, alternativamente: I - a sua localização esteja prevista em algum dos seguintes instrumentos normativos: a) na Lei nº 16.050, de 2014 - PDE; b) no respectivo Plano Setorial pertinente; c) nos Planos Regionais das Subprefeituras; d) em leis específicas.”

Então, eu entendi a sua preocupação, mas temos a segurança de que isso poderia com certeza travar a possibilidade de ser em qualquer lugar da Cidade. Acredito que isso pode nos deixar mais tranquilos, mas olharemos tudo com mais cuidado, juntamente com o jurídico,

que está nos acompanhando. Foi uma boa lembrança sua, mas tem sim um dispositivo no artigo à frente do 98, que trata disso. Estou certo, doutora?

Bom, enfim, esses são os temas mais interessantes. Essa audiência pública traz exatamente o que nos motiva muito na região, o pessoal da indústria tem de ser tratado com muito cuidado. O Vereador Gilson Barreto já havia insistido nisso, assim como a Vereadora Juliana Cardoso. Conhecemos a região e sabemos da sua importância. O emprego através da indústria, que já está instalada, e é muito mais fácil você instalar uma atividade que já está pronta, funcionando há muito tempo com indústrias de pequeno e médio portes, do que buscar outra alternativa econômica para a região.

Nós não podemos passar por cima do verde de qualquer jeito.

Aqueles que defendem o movimento de moradia podem ficar tranquilos: não vamos reduzir o número percentual de uso do solo de ZEIS. Uma ZEI ser trocada daqui para lá – nós falamos isso, ontem, lá – com o Vereador Gilson. Nós vamos montar uma contabilidade. Se tirarmos 20, terão de aparecer mais 20 em outro lugar. Não podemos tirar o direito de moradia daqueles que não têm condição de renda para comprarem os seus apartamentos onde querem e dependem do Governo, mas, também, não vamos permitir que as indústrias percam seus espaços.

A cidade de São Paulo, hoje, só tem 2,44% do território marcado em zona predominantemente industrial. É pouco? Sim, mas a cidade se desindustrializou, e esses 2,44% geram quase 5% dos empregos da cidade e 9% da nossa riqueza. Portanto, nós não podemos abrir mão de vocês.

Fiquem tranquilos porque a área da indústria será tratada com muito cuidado, respeitando o verde, nascente, tombamento, mas com o cuidado que agora depende dessa relação nossa.

O trabalho que foi feito até aqui é muito caprichoso, técnico, baseado em informações que vieram da Secretaria de Finanças, do uso real do solo, georeferenciada. Nós temos uma segurança naquilo que estamos apresentando, agora, depende desse ajuste fino, o qual estamos fazendo com vocês.

Muito obrigado pela contribuição.

Acho que hoje a nossa audiência foi muito rica, traz muito trabalho e muita informação, para nos debruçarmos sobre os mapas de São Mateus.

Encerrando, quero agradecer o Pastor Ramires, não sem antes, pedir que ele reforce as orações, no sentido de que possamos errar o mínimo e cometermos o mínimo de injustiça daqui para frente, até a votação desse projeto, porque isso atende à cidade de São Paulo.

Sr. Fábio, parabéns! Obrigado pela sua presença. Mais uma vez, a representante do nosso Governo e do Prefeito Fernando Melo Franco, Secretário de Desenvolvimento Urbano na cidade de São Paulo, quem organizou todo esse trabalho, junto com o Diretor de Uso de Ocupação Do Solo, Dr. Daniel Montandon, para que possamos ter o trabalho encerrado pela Câmara, se Deus quiser, até o final do ano.

Nós temos que votar neste ano. São Paulo não pode ficar com a Lei de 2004. Temos que dar um passo grande porque a Cidade vai depender muito dessa Lei de Zoneamento para que possamos continuar produzindo riquezas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero salientar, vocês viram a exposição do Sr. Relator, que hoje estamos equipados e com um corpo técnico muito bom. Hoje, quando o amigo falou sobre as nascentes, temos um diagnóstico da Cidade, não digo completo, mas quase, muito bom sobre a cidade de São Paulo e suas carências, de onde pode ser mudado, onde não pode. Temos nossos colaboradores técnicos que estão acompanhando e as pessoas da Câmara, que estão trabalhando internamente, direto conosco, ficam sábados e domingos, não há hora nem momento.

Tudo aquilo que foi falado, nós vamos ouvir novamente. Tudo o que foi escrito vamos ler e fazer resumos, porque não podemos pegar e passar a caneta no mapa, não é assim. É tudo fundamentado e bem organizado.

Quero, também, dizer a vocês que está ocorrendo o Terceiro Jogos Abertos dos Idosos de São Mateus, com diversas atividades no CEU São Mateus, e, também, no Parque São Rafael.

Também informo que o Russo, candidato à reeleição do Conselho Participativo, eleição do dia 12/06. Onde está o Russo? (Pausa)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos por essa audiência pública.

Peço a Deus que os acompanhe de volta aos seus lares.

Convido todos para irem à Obra Social Dom Bosco, às 14h, na audiência em Itaquera.

Estão encerrados os trabalhos.
